

Nova Cintra), não fui uma vez a Petrópolis. Ainda não sei se ficarei no Rio, ou no Recife ou se voltarei para Londres. Tenho passado três meses de verdadeiro desânimo e solidão, e vou perdendo o gosto de tudo. Todo êste grande panorama da baía que tenho em frente, os navios que entram e saem, os botes que passam à vela, tudo é tão triste! Eu sinto que tudo acabou entre nós e não vejo *quem* mais poderá ou quererá encher êste fim de vida que não parece valer a pena separar do passado.

Adeus, sempre seu

Amigo verdadeiro

JOAQUIM NABUCO.

A José do Patrocínio

O nome de José do Patrocínio fica indissolúvelmente ligado para sempre à Campanha Abolicionista. Foi o organizador e o presidente da Confederação Abolicionista. Sua ação nos anos de propaganda, como jornalista e como tribuno capaz de arrastar o povo, só é comparável à de Nabuco.

Rio, 3 de maio (1886).

Meu distinto Amigo,

O escritor das *Cartas de um Diplomata* que a *Gazeta da Tarde* está publicando, conta por meio de uma alusão transparente, que, por ocasião de vagar o lugar de bibliotecário, o meu nome foi apresentado ao Imperador e que S. M. se dignara recusá-lo. Não sei se o meu ilustre amigo o Sr. Rodolfo Dantas (1) lembrou-se de apresentar o meu nome a S. M. para aquella vaga, sem estar preparado para insistir na aceitação; mas se S. M. o recusou, teve para isso bons motivos e entre êsses, eu faço esta justiça à experiência do Imperador, o de pensar que eu, se fôsse nomeado, não aceitaria. Com efeito, estava eu em Londres, e quando me chegou a notícia de que se tinham lembrado de mim para aquêle emprêgo, respondi

(1) Rodolfo Dantas em 1882 era ministro do Império.

imediatamente, em carta que essa *Gazeta*, publicou, que « já tinha uma biblioteca de 1.200.000 volumes — os escravos — em que estava estudando a vergonha da pátria ». S. M. tem mostrado (basta ver entre os senadores que êle escolhe e os homens a quem eleva), ser um juiz indiferente, tanto em matéria de moralidade pública como de caráter político, mas no meu caso pelo menos eu acredito que o Imperador não cometeu o êrro de julgar possível que eu, depois de ter combatido sob a bandeira abolicionista, aceitasse um emprêgo qualquer da escravidão que êle representa, e trocasse o meu destêrro de Londres por alguma sinecura do orçamento.

Faço esta reclamação, meu distinto Amigo, para que ninguém suponha que eu tenho o mínimo ressentimento pessoal de S. M. e possa atribuir a um baixo móvel dêsse gênero a atitude que ultimamente assumi em relação ao Imperador. O trono entre nós acha-se tão acima de todos, não só pela altura própria do primeiro pôsto do Estado, como por não haver para compará-lo outras elevações sociais reais e permanentes, que eu pessoalmente me considero profundamente obrigado ao Imperador pelas muitas atenções que me tem dispensado. Se o tenho atacado desde que subiu a situação conservadora, diretamente e constantemente, é porque considero o modo fácil e desembaraçado por que êle abandonou a causa dos escravos, depois de a ter levantado, como uma triste quebra do dever de brasileiro e da honra do Monarca.

A história há de comentar condignamente êste fim de um reinado que, nunca tendo cumprido a lei de 7 de novembro de 1831, deixou revogar a de 28 de setembro de 1871 (1), e chamou o Partido Conservador ao poder, no meio do mais ardente movimento nacional pela emancipação, para desapontar os escravos, iludir o mundo, e por fim deixar sem execução a própria lei que lhe tinha sido imposta tal qual.

Ê por isso que vemos hoje um govêrno de senhores de escravos, habituados, antes das hipotecas, a feitorear noite e dia africanos livres, falando em nome do Brasil!

(1) A lei Saraiva-Cotegipe, dispensando a declaração de origem na matrícula dos escravos, legalizou a posse dos africanos importados clandestinamente depois da lei de 1831, e para cuja liberdade imediata Nabuco e seus companheiros vinham lutando desde a fundação da *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*.

É por isso que vemos os mesmos que denunciaram a Campanha Abolicionista da imprensa, enchendo hoje os jornais com entrelinhados, cada um dos quais é um elemento de criminalidade, e procurando convencer êste país de que fora das apólices do Sr. Belisário não há emprêgo possível para o capital, e de que os cinco por cento novos valem mais do que os seis por cento antigos, porque o câmbio está subindo de propósito para honrar a nova emissão!

Eu não creio que haja uma vergonha igual a essa de um ministério que deixou de cobrar os 5 % dos impostos, isto é, que roubou as cem mil cartas de liberdade que o Sr. Saraiva solenemente prometeu seriam dadas dentro do primeiro ano da lei, e que tendo feito essa estupenda bancarrota nacional com a sanção do Imperador, gaba-se hoje de ter levantado o crédito público, porque sob o pretexto de conversão lançou-se na praça e na imprensa a mais infrene agiotagem a que ministério brasileiro jamais se entregou, dando imenso dinheiro a ganhar ao Banco do Brasil e aos principais personagens do Sindicato do Café, cuja liquidação envolve assim, por uma fatalidade histórica, tôda a dívida pública do Império! Não há, com efeito, quase um único argumento nesses artigos que não seja desonesto, e não conduzisse em outros países o govêrno que assim procura recomendar a sua falsa mercadoria às penas do estelionato.

Realmente pode-se dizer que o MILHÃO E TREZENTOS MIL CONTOS que o Brasil deve hoje vão ser lançados à praça sob a forma de empréstimos e conversões, tudo para substituir pela questão financeira, isto é, pelo interêsse da alta especulação, a questão abolicionista, isto é, a questão dos desgraçados cuja sorte e cujos sofrimentos aquela dívida representa! E por isso é que eu ataco o Imperador, ainda que com todo o desânimo de um brasileiro e esta é a situação de todos os bons liberais, que ainda não têm fé na República e perderam a fé na Monarquia.

Creia-me sempre, meu distinto Amigo,
todo seu

JOAQUIM NABUCO.